

JUSTIÇA FEDERAL DIGITAL

Ano 6 - Número 244 - Dezembro/2013

DIVULGADOS RESULTADOS DA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO NA JFES

A Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) participou, de 2 a 6 de dezembro, da 8ª Semana Nacional de Conciliação promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Sob a coordenação do Centro de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon/NAJ), em parceria com as varas federais e administrativas, além das instituições envolvidas, foram realizadas 189 audiências (111 em Vitória, 53 em Colatina e 25 em Cachoeiro de Itapemirim), incluindo processos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), ações de crédito comercial e danos morais da Caixa. Durante a semana foram feitos 104 acordos e 670 atendimentos. O valor total dos acordos ficou em R\$ 843.458,23.



Vitória

Cristiane Conde Chmatalik, Bruno Dutra, Paulo Gonçalves de Oliveira Filho, Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand, contando ainda com o reforço de dois juízes federais da Justiça Federal do Rio de Janeiro, os capixabas Vitor Berger Coelho e Aylton Bonomo Júnior.

No interior, o mutirão aconteceu nas Subseções Judiciárias de Colatina e de Cachoeiro de Itapemirim. Em Colatina, as audiências foram conduzidas pelo juiz federal substituto, Guilherme Alves dos Santos. Já em Cachoeiro de Itapemirim, o mutirão foi conduzido pelo juiz federal substituto José Geraldo Amaral Fonseca Junior.

Além dos magistrados, cerca de 20 servidores atuaram nas audiências.



Colatina

O diretor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região, desembargador federal José Ferreira Neves, esteve em Vitória acompanhando os trabalhos.

Fora da Semana Nacional de Conciliação, a Justiça Federal capixaba promove mutirões o ano inteiro.



Cachoeiro de Itapemirim

Des. Federal José Ferreira Neves Neto – Diretor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região

“O que eu tenho sentido a partir da minha indicação para assumir essa coordenadoria (do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região – NPSC) é um incremento por conta do esforço que a Justiça Federal tem feito – e não digo somente aqui, todos os Tribunais Federais têm procurado desenvolver essa via. Sinto que as entidades públicas estão também dispostas a colaborar e essa colaboração tem sido plena. Por exemplo, órgãos que são clientes preferenciais, vamos dizer assim, da Justiça Federal, como a Caixa Econômica Federal, têm feito o possível para proporcionar uma quantidade cada vez maior de acordos.

E o importante é que essa atividade conciliatória não é apenas uma coisa pontual ou episódica. Não é uma semana. Nós fazemos o ano todo. Todo mês nós temos, aqui no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e nas Subseções, mantido mutirões. Acho até que a gente poderia abolir essa denominação, porque mutirão dá uma ideia de algo que se vai fazer esporadicamente. E o que vimos hoje (as audiências da Semana Nacional de Conciliação) já faz parte do nosso dia a dia. Essa conciliação já é uma face da Justiça Federal. Os que me antecederam nessa coordenadoria, Dr. Guilherme Calmon e Dra. Marcella Brandão, criaram toda uma metodologia para facilitar e aumentar cada vez mais o número de processos para a conciliação, a realização dessas audiências em massa. Assim eu acredito então que essa via (a da conciliação) é definitiva.”





Juíza federal Cristiane Conde Chmatalik – Convocada para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região

Como juíza federal convocada em auxílio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região, Cristiane Conde Chmatalik avalia a participação da 2ª Região na Semana Nacional de Conciliação como “bastante ampla”.

“Colocamos muitos processos em pauta, atuamos em várias frentes: previdenciária, danos morais da Caixa, Sistema Financeiro da Habitação, União, gratificação de desempenho.

Além disso, inúmeras varas federais fizeram mutirões de forma autônoma, independente do Núcleo, como foram os casos de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, aqui no Estado, e de São Pedro D’Aldeia, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e outras, no Rio de Janeiro”.

Em relação à 2ª Região, o Espírito Santo levou uma quantidade modesta de processos para a semana de conciliação, de acordo com a magistrada. Isso ocorreu em função de os mutirões serem uma constante no Estado. “Já fazemos mutirões de conciliação regularmente, então a quantidade que sobra para a semana nacional acaba sendo pequena. Nossa intenção é, talvez, levar para os próximos mutirões de conciliação outros tipos de processos, como os de execução fiscal, cujo volume é grande”, acrescenta Cristiane Chmatalik.

Segundo a juíza, já há vários mutirões de conciliação programados com a Caixa e com a União, a partir de fevereiro de 2014. Além disso, deve começar já no início do ano a conciliação pré-processual na JFES. Ou seja, a petição será encaminhada para conciliação antes mesmo de virar processo.

Wagner de Freitas Ramos – Gerente do Jurídico Regional Vitória da Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal participou da Semana Nacional de Conciliação na JFES com audiências em cerca de 150 processos em tramitação das Subseções Judiciárias de Vitória, Colatina e São Mateus. Segundo o gerente do jurídico regional Vitória, da CEF, a instituição “tem uma proposta em nível nacional de afastar a litigiosidade”, buscando “a conciliação dentro daquelas situações em que houve uma falha da Caixa Econômica, ao ofertar o produto, por exemplo. Se houve uma falha, a Caixa reconhece essa falha e propõe o acordo. Esse tipo de atuação da Caixa já se inicia na agência, mas, chegando à Justiça o processo, nós buscamos, através dos mutirões, a conciliação com nosso cliente”.

“No caso aqui do Espírito Santo, além dos mutirões eventuais que ocorrem durante o ano, nós temos os mutirões semanais. Aqueles processos recém-ajuizados hoje já são levados à Caixa, que semanalmente tem um minimutirão. Toda sexta-feira aqui na Justiça Federal, há um minimutirão, onde nós buscamos, antes mesmo de o juiz tomar conhecimento do processo, ofertar, fazer uma proposta de conciliação”.



Wellington Guimarães, 63 anos, aposentado, morador de Coqueiral de Itaparica, Vila Velha

O alívio de ver a situação resolvida

“O imóvel que comprei em 1993 tinha uma pendência na Justiça, que chegou a R\$ 370 mil. No mutirão, consegui um acordo que reduziu a dívida para R\$ 50 mil. Sempre paguei minhas contas em dia e essa dívida estava me incomodando muito. Parabéns à Justiça Federal pelo mutirão! Graças a Deus, agora vou poder dormir em paz!”

“Quinze anos atrás, quando comprei a casa onde moro, o corretor recebeu meu dinheiro para quitar a casa, mas não a quitou. Quando fui declarar o Imposto de Renda, descobri que tinha uma dívida de 26 mil reais, parcelada.

Com o marido doente e um filho com depressão em casa, fez um acordo com a Caixa para quitar a dívida de uma só vez de 4,2 mil reais. Foi um desconto bem bom que a Caixa me deu. Graças a Deus, foi um alívio!”

Odília Aparecida Fiorese Jubini, 62 anos, aposentada, moradora de Ilha dos Bentos, Vila Velha



III Encontro de Coros da Justiça Federal do Espírito Santo

No dia 4 de dezembro, em comemoração aos quatro anos de fundação do Coral Justiça Federal e aos dez anos de regência da maestrina Hellem Pimentel, foi realizado, auditório “Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira”, na sede da JFES, em Vitória, o III Encontro de Coros.

A abertura do evento foi realizada, pela primeira vez, pelo vice-diretor do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), desembargador federal José Ferreira Neves Neto, que disse se sentir “bastante honrado” em participar do evento.



O vice-diretor do CCJF também fez questão de agradecer à Direção do Foro da JFES pelo apoio, além de parabenizar a maestrina pelos anos de regência. O diretor do foro da JFES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, prestigiou a apresentação dos coros, todos regidos por Hellem Pimentel.

O primeiro coral a se apresentar foi o anfitrião da tarde, o Coral Justiça Federal, que entoou as músicas “Caçador de mim”, de Milton Nascimento, “Desde que o samba é samba”, de Caetano Veloso, “Louva-a-Deus”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, e “Roda Viva”, de Chico Buarque de Hollanda.

Em seguida, foi a vez do Coral Jovem da FAMES, que cantou “Encontros e Despedidas”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, “Espanhola”, de Flávio Venturini, pot-pourri – “Bandolins / Iua Flor / Quando a Gente Ama”, de Oswaldo Montenegro, e pot-pourri – “Aquarela do Brasil / Rio de Janeiro / Canta Brasil / Brasil”, de Ary Barroso, Alcir Pires e Davi Nascen/Cazuza.

O último coral a se apresentar foi o Coral ArtesCanto, com as peças “Ensaboa / Lata D’água”, de Cartola / Luiz Antônio e Jota Júnior, “Eleanor Rigby”, de Lennon e McCartney, “Whisky a go-go”, de Michael Sullivan e Paula Massadas, e “Jack Sou Brasileiro”, de Lenine.

O encontro foi encerrado com a música “Canção da América”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, com a participação de todos os coros.

O Coral Justiça Federal é patrocinado pela Associação dos Servidores da Justiça Federal do Espírito Santo – Assejufes.



Agenda do Coral da JFES em dezembro

Dia 07/12 - Apresentação na festa de Natal das crianças da Casa Sagrada Família, no Ginásio da Emescam, às 12h

Dia 09/12 - Culto em Ação de Graças, às 16h30, auditório/JFES

Dia 13/12 - Apresentação na Festa de Confraternização para os funcionários terceirizados da JFES, auditório, às 16h

Dia 18/12 - Apresentação no Instituto de Doenças Renais, no Vitória Apart Hospital, às 18h

Novos servidores tomam posse

Tomou posse no cargo de técnico judiciário da Justiça Federal do Espírito Santo, nesta segunda-feira, 2/12, no gabinete da Direção do Foro, Juliana Silva Nodari.

Aos 26 anos, Juliana é formada em Direito e foi lotada no 1º Juizado Especial Federal de Cachoeiro de Itapemirim. Mas esta não será sua primeira experiência na JFES. Ela já foi estagiária da 1ª Vara Federal Cível de Vitória. Além do diretor do foro, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, presenciaram a assinatura de seu termo de posse o diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP), Josélio Santos Nascimento e o servidor da Seção de Provimento e Lotação (Seplo/NGP), Jorge Crispiano.



Já na sexta-feira, 6, tomou posse e será lotado na subseção judiciária de São Mateus o técnico judiciário/segurança e transporte Wagner Dalmorim Laurentino. Capixaba de Cachoeiro de Itapemirim, mas desde 2007 morador de Vila Velha, o novo agente atuou na Polícia Militar por quatro anos e há dois meses era servidor do Dnit.

O servidor também foi empossado pelo diretor do foro, na presença da diretora da Secretaria Geral, Maria Cristina Natalli, e dos servidores do Núcleo de Gestão de Pessoas, Antônio Cláudio Silva Andrade e Jorge Crispiniano Vieira da Silva.



Servidores realizam Culto Ecumênico de Ação de Graças

"Cantai ao SENHOR em ação de graças; cantai louvores ao nosso Deus sobre a harpa" (Salmos 147:7). Foi com o coração cheio de gratidão que servidores Seção Judiciária do Espírito Santo realizaram mais um Culto Ecumênico de Ação de Graças, na segunda-feira, dia 9, no auditório da sede da JFES, em Vitória.

Realizado há 16 anos consecutivos, por iniciativa dos próprios servidores, o culto foi aberto a magistrados, estagiários, terceirizados e aposentados.

Na programação, cânticos de louvor, reflexão bíblica, orações, agradecimentos, momento especial com apresentação do Coral da Justiça Federal e confraternização.



os servidores, no dia do culto, podiam afixar cartões de Natal com mensagens para algum colega ou áreas específicas da Seccional. O objetivo foi promover a gentileza no local de trabalho e propiciar um verdadeiro clima de conagração natalino na Seção Judiciária.

Gentileza gera gentileza

Com o objetivo de tornar o evento ainda mais caloroso, este ano o culto repetiu a novidade lançada no ano passado: um quadro em que



Desembargador federal do TRF2 entrega medalha a juiz da JFES premiado em concurso nacional de monografias

O desembargador federal Luiz Antonio Soares, em nome do Tribunal Regional Federal da 2ª região, entregou, na tarde de sexta-feira (6), medalha ao juiz federal titular da 4ª Vara Federal Cível de Vitória, Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, pelo segundo lugar no Concurso Internacional de Monografias promovido pela Comissão Iberoamericana de Ética Judicial, com a monografia intitulada "Responsabilidade Institucional dos juízes como Princípio Ético Fundamental".

A entrega da medalha ao magistrado foi feita no gabinete da Direção do Foro da Justiça Federal do Espírito Santo, na presença do diretor do foro, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, e do presidente da 1ª Turma Recursal capixaba, juiz federal Boaventura João Andrade.



Processo digital começa a funcionar no TRF2 em dezembro*

Um cidadão do Rio de Janeiro ajuizou ação ordinária na Justiça Federal, por ter sido indeferida sua inscrição em concurso público. O pedido foi julgado improcedente e, por conta disso, o autor apelou ao TRF2. O caso poderia ser considerado um entre tantos similares que chegam ao Tribunal, não fosse por um detalhe: a apelação do concursando é o primeiro processo digital da Corte.

A distribuição dos autos virtuais foi realizada no dia 2 de dezembro pelo próprio presidente do TRF2, desembargador federal Sergio Schwaitzer, inaugurando o sistema de processos eletrônicos da segunda instância da Justiça Federal que abrange os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

O início das ações virtuais permite o fornecimento de serviços remotos e, agora, advogados e partes passam a ganhar em tempo e em comodidade, já que podem praticar vários atos processuais pela internet, sem precisar se deslocar até o Tribunal. Além disso, a Justiça Federal da Segunda Região também sai ganhando, com a celeridade e simplificação dos procedimentos que permitirão aumentar a produtividade da instituição, reduzindo custos operacionais.

Hoje exercendo a advocacia, o desembargador federal aposentado André Kozlowski é todo elogios à iniciativa: "Imagine um advogado, assoberbado de trabalho, ter de se deslocar de seu escritório, enfrentar trânsito, calor, chuva para ir ao tribunal, esperar na fila para ser atendido e, no fim, ser informado de que não poderá ter acesso aos autos físicos porque eles se encontram com carga para a outra parte. É frustrante. Com o processo digital, essa rotina muda completamente e a nossa atividade fica muito mais eficiente", declarou.

Participação dos usuários

Eficiência também é a palavra que Sergio Schwaitzer coloca em primeiro lugar, ao enumerar as vantagens do novo sistema, não só por conta da celeridade que ele confere aos procedimentos, mas também porque foi elaborado para atender às necessidades dos usuários: "Dr. André Kozlowski foi convidado para acompanhar o projeto porque queríamos ouvir os patronos das causas que tramitam no Tribunal. Ao longo de nossa história, recebemos suas demandas e suas queixas, mas esta é a primeira vez que trabalhamos juntos para desenvolver um serviço focado no cliente", declarou.



A criação do processo digital permite a advogados, partes, procuradores e peritos, desde que estejam devidamente cadastrados, protocolizar petições intercorrentes, acessar as peças dos processos eletrônicos e receber notificações por e-mail sobre movimentações processuais. Ainda, os procuradores de entidades públicas cadastrados podem receber intimações pela internet.

Inicialmente, o TRF2 terá processos digitais apenas nos recursos processuais de matéria administrativa. Ou seja, não serão virtuais, por enquanto, os agravos, os pedidos de habeas corpus e os mandados de segurança originários do próprio Tribunal, nem questões previdenciárias ou criminais, por exemplo. Mas, já no começo de 2014, as outras classes de processo e as demais matérias julgadas pela segunda instância serão incluídas na virtualização.

O cadastramento dos interessados também é feito através da rede mundial de computadores e já está disponível no site da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (www.jfrj.jus.br). Mas os jurisdicionados que já têm cadastro na primeira instância da Justiça Federal fluminense não precisarão repetir o procedimento, já que o sistema do TRF2 aproveitará os dados da Seção Judiciária.

Para esclarecer dúvidas, o TRF2 criou um portal no seu site com respostas para várias dúvidas que podem servir e, ainda, disponibiliza um manual para os usuários.

Notícias do CJF

Comitê gestor da Justiça Federal aprova cenário para elaboração do planejamento estratégico 2015/2020*

O Comitê Gestor do Planejamento Estratégico da Justiça Federal (JF) reuniu-se no Conselho da Justiça Federal (CJF) durante os dias 2 e 3 de dezembro para, com base nos macrodesafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desenhar o cenário da JF, a partir do qual serão discutidos e apresentados os objetivos estratégicos para o período de 2015 a 2020.

A ferramenta utilizada para fazer análise de cenário foi a matriz SWOT (sigla do inglês, que representa os conceitos de Forças - Strengths, Fraquezas - Weaknesses, Oportunidades - Opportunities e Ameaças - Threats). Dessa forma, foram levantados os pontos fortes e fracos, além das oportunidades e ameaças para a atuação da JF nos próximos anos. A análise das forças e fraquezas permite retratar o ambiente interno, com seus processos e controles. Já o ambiente externo é retratado a partir da análise das oportunidades e ameaças, ou seja, daquilo que depende do mercado e das políticas econômicas, por exemplo.

Coube a cada Tribunal Regional Federal (TRF) fazer um mapeamento da matriz SWOT de cada macrodesafio em sua respectiva região. A proposta foi apresentada na reunião e consolidada pelo grupo de magistrados que compõem o Comitê Gestor e pelos membros do Comitê Técnico, formado por representantes dos próprios TRFs.

Os macrodesafios para o Judiciário — “Combate à corrupção e improbidade”; “Aprimoramento da gestão da Justiça Criminal”; “Adoção de soluções alternativas de conflito”; “Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas” e “Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes” — foram aprovados durante o VII Encontro Nacional do Judiciário, com a presença dos presidentes de 90 tribunais brasileiros e com a finalidade de nortear o novo plano estratégico 2015/2020.

O Comitê Gestor e o Comitê técnico voltam a se reunir nos dias 27 e 28 de janeiro de 2014 a fim de formular os objetivos estratégicos. O trabalho será realizado com base nos aspectos selecionados no cenário aprovado neste encontro, por meio da correlação entre os fatores internos e externos.

Segundo a magistrada coordenadora do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, desembargadora Therezinha Cazerta, do TRF da 3ª Região, “foi feito um trabalho de base com toda a primeira instância e os tribunais no sentido de levantar os problemas, de ouvir as propostas, de verificar quais são os pontos positivos, os pontos negativos e as oportunidades, e aqui compilamos tudo isso para definir o cenário em que a Justiça Federal vai atuar nesse planejamento. É uma forma de trabalhar a estratégia para se obter o resultado desejado, de acordo com as metas e com os objetivos maiores da JF”, afirma.

A desembargadora ressaltou ainda que todo trabalho visa atender melhor o cidadão. “A gente busca sempre a melhoria da prestação jurisdicional, tanto em termos de produtividade, quanto em termos de celeridade, e, especialmente, em termos de qualidade; então nós buscamos os meios adequados para se atingir isso. A ideia é que se consiga, efetivamente, produzir mais e melhor, em menor tempo. Então, espera-se que o ganho seja esse, trabalha-se na perspectiva do jurisdicionado”, conclui.

***Assessoria de Comunicação Social do CJF**

Notícias do CNJ

Grupo apresenta 10 propostas para melhoria do 1º grau*

O conselheiro Rubens Curado, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), anunciou, na sessão plenária de segunda-feira (2/12), a conclusão dos trabalhos do grupo instituído pela Portaria n. 155/2013, o qual elaborou estudos e formulou propostas para a implementação de política nacional voltada à priorização da justiça de primeiro grau. De acordo com o conselheiro, que preside os trabalhos, o relatório final com as conclusões do grupo traz dez propostas concretas voltadas à melhoria do primeiro grau de jurisdição dos tribunais brasileiros.

O documento, segundo o magistrado, está sendo finalizado e será entregue nos próximos dias ao presidente do CNJ e aos demais conselheiros, além de disponibilizado ao público em geral. “Como mencionado pelo presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, no discurso de abertura do VII Encontro Nacional do Judiciário, não existe hoje nada mais urgente no Judiciário que a melhoria do primeiro grau de jurisdição, conforme revelam os dados do Relatório Justiça em Números”, disse o conselheiro, ao fazer o comunicado ao Plenário do CNJ.

De acordo com Rubens Curado, entre as propostas do grupo estão a edição de quatro Resoluções, a primeira delas com o propósito de institucionalizar uma política de atenção prioritária ao primeiro grau, vinculada diretamente ao Plano Estratégico dos tribunais, na linha da diretriz estratégica já aprovada pelos presidentes dos tribunais no recente Encontro Nacional, também sugerida pelo grupo. “O intuito é tornar permanente esse novo olhar de todos os tribunais para os problemas do primeiro grau de jurisdição”, afirmou.

Outra proposta de resolução, a ser submetida a consulta pública, diz respeito à equalização da força de trabalho e do orçamento no Poder Judiciário. De acordo com o conselheiro, essa proposta visa atacar as duas principais causas da distorção hoje existentes entre primeiro e segundo graus: a má alocação de pessoas e de orçamento.

O relatório final do grupo de trabalho incluirá ainda a edição de nota técnica sobre a execução fiscal e a possível desjudicialização de algumas etapas desse procedimento, tendo em vista que essas ações representam cerca de 1/3 dos processos em tramitação no Judiciário. Abrange, ainda, sugestões para a redução gradativa da competência delegada da Justiça Estadual, como forma de migrar esse grande volume de processos para a Justiça Federal, menos congestionada, além de propostas de dois acordos de cooperação.

Segundo o conselheiro, os trabalhos do grupo tiveram duração de dois meses e meio, ao longo dos quais foram realizadas nove reuniões.

***Tatiane Freire - Agência CNJ de Notícias**

Ferramenta mostra em tempo real número de audiências de conciliação realizadas*

Entrou em funcionamento na tarde de segunda-feira (2/12) o Conciliômetro, contador eletrônico dinâmico que contabilizou o número de conciliações formalizadas durante a Semana Nacional da Conciliação, em todo o País. Nas primeiras sete horas de mobilização, o instrumento já registrava mais de 1.800 audiências de conciliação realizadas e mais de R\$ 9,7 milhões em valores homologados.

O conciliômetro resgata os dados alimentados no sistema da conciliação e os consolida em um uma espécie de relógio, que marca em tempo real o número de audiências realizadas e os valores homologados durante a Semana Nacional da Conciliação.

“O instrumento é importante para que possamos acompanhar o trabalho que está sendo realizado pelos tribunais na mobilização”, destaca o conselheiro Emmanoel Campelo, coordenador do Comitê Gestor da Conciliação e Presidente da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania do CNJ. Segundo ele, essa é uma campanha importante que precisa ser adotada pelos agentes de Direito e pela sociedade. “A conciliação é uma alternativa de solução de conflitos mais vantajosa, já que ambas as partes saem satisfeitas, além de mais econômica, pois o processo é resolvido de forma mais rápida. Podemos exercer nossa cidadania por meio do diálogo e da paz”, afirma Campelo.

A Semana Nacional da Conciliação consiste em um esforço concentrado dos tribunais na seleção de processos com possibilidade de acordo e na intimação das partes para que elas tentem solucionar seus conflitos de forma pacífica, simplificada e mais rápida. Neste ano, a oitava edição da Semana ocorreu de 2 a 6 de dezembro em praticamente todos os tribunais brasileiros. A expectativa era realizar durante a semana 300 mil audiências em todo o País.

***Regina Bandeira - Agência CNJ de Notícias**

CNJ regulamenta a criação de cargos, funções e unidades no Poder Judiciário*

A criação de novas unidades judiciárias ou de cargos e funções no Poder Judiciário terá de seguir novos critérios. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, na 180ª Sessão Ordinária, realizada na terça-feira (2/12), Resolução que normatiza o tema. O texto foi apresentado pela presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, conselheira Maria Cristina Peduzzi, e foi aprovado pelo Plenário por unanimidade.

A resolução estabelece o IPC-Jus, Índice de Produtividade Comparada da Justiça divulgado no Relatório Justiça em Números, que é produzido anualmente pelo CNJ, como principal critério da nova metodologia de análise dos anteprojetos de lei elaborados pelos tribunais com vistas à criação de cargos, funções e unidades judiciárias.

Maria Cristina explicou que esse indicador é medido de acordo com o quantitativo de processos baixados pelas Cortes, considerando-se o fluxo processual e os recursos humanos e financeiros de que dispõem. Essas informações permitem a comparação da produtividade entre os tribunais equivalentes, ou seja, de um mesmo ramo do Judiciário e do mesmo porte.

Segundo a conselheira, somente os tribunais que alcançarem a eficiência medida no primeiro quartil (abaixo de 25%) da avaliação do IPC-Jus no seu segmento da Justiça, em comparação com os tribunais semelhantes, receberão parecer do CNJ sobre os projetos de lei que apresentarem para a criação dos novos cargos, funções ou unidades judiciárias. “Trata-se de medida da maior pertinência, considerando que o aumento da produtividade é um dos grandes desafios enfrentados pelo Poder Judiciário. A partir da sistemática sugerida na resolução, a própria possibilidade de se criarem novos postos, expandindo-se a estrutura e força de trabalho, fica dependente da demonstração de que o tribunal postulante apresenta índices mínimos de eficiência”, explicou a conselheira.

E acrescentou: “Essa metodologia contribui para uma aferição mais exata e fidedigna da demanda de serviços como fundamento para a criação de novos cargos e unidades, sem privilegiar tribunais que não alcancem patamares médios de produtividade”.

A resolução também estabelece as regras para o encaminhamento dos anteprojetos de lei ao CNJ, ao indicar quais elementos técnicos devem ser observados pelos tribunais e os documentos que estes devem anexar às propostas legislativas.

O texto fixa ainda os critérios para a criação e extinção dos cargos ou funções comissionadas, assim como para a transformação das unidades judiciárias já existentes. O objetivo, de acordo com Maria Cristina, é reduzir os custos.

“A fixação desses critérios é medida da maior importância para orientar a avaliação dos anteprojetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário que impliquem aumento de gasto com pessoal e encargos sociais. Responde, assim, à preocupação em atender ao princípio da eficiência na gestão de pessoas, tendo em vista os crescentes gastos com recursos humanos pelo Poder Judiciário, apontados pelos relatórios anuais do Justiça em Números”, destacou a conselheira.

O tema foi à pauta da 180ª Sessão Ordinária por meio da proposta de Ato Normativo 0006690-21.2013.2.00.0000.

***Giselle Souza - Agência CNJ de Notícias**

Censo nacional dos magistrados vai até 13 de dezembro*

Quase oito mil magistrados – entre juízes, desembargadores, ministros e conselheiros – já responderam ao questionário elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que pretende conhecer o perfil dos servidores da Justiça, assim como identificar os principais desafios enfrentados pela magistratura brasileira. O número representa 47,29% do total de juízes em atividade no País. De acordo com os dados do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), do CNJ, responsável pela elaboração do Censo, ao todo há 16.905 magistrados aptos a responder ao questionário, disponível no portal do CNJ até o dia 13 de dezembro. Para preencher o formulário, basta acessar o link no portal e clicar a aba Questionário.

Grau de satisfação

Além de identificar o perfil dos julgadores (faixa etária, estado civil, sexo etc.), o censo também pretende medir o grau de satisfação dos magistrados com a carreira; sua opinião relativa ao exercício de suas funções, como o sistema de promoção e a adoção de metas de produtividade; assim como permitirá aos juízes avaliarem as relações com outros juízes, com os demais servidores, a alta administração do tribunal e o próprio CNJ.

Para o coordenador do censo, conselheiro Paulo Teixeira, membro da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, a pesquisa é fundamental para o aprimoramento e planejamento das políticas públicas do Poder Judiciário brasileiro. “As informações prestadas serão fundamentais na construção e no desenvolvimento de ações que promovam o aperfeiçoamento do Judiciário brasileiro como um todo”, afirmou.

A pesquisa está dividida em quatro blocos. No primeiro, o magistrado encontrará perguntas voltadas à sua atuação no Poder Judiciário e que visam detectar seu grau de satisfação e motivação pessoal com sua função. O segundo bloco contém perguntas relativas às informações funcionais, como em que grau de jurisdição ele está; o ano de ingresso na magistratura etc. No terceiro estão perguntas focadas nas informações objetivas do tribunal ou conselho no qual atua. Já o último bloco levanta informações pessoais do magistrado, como faixa etária e número de filhos, além de questões específicas direcionadas exclusivamente para as magistradas.

O tempo estimado para o preenchimento do questionário do Censo dos Magistrados é de 10 minutos. Todos os dados fornecidos serão mantidos em sigilo e os resultados serão divulgados de forma genérica, sem identificação dos participantes.

O Censo dos Magistrados é segunda etapa do Censo Nacional do Poder Judiciário. A primeira etapa do Censo – encerrada no dia 21 de outubro – foi aplicada entre os 285 mil servidores do Poder Judiciário e respondida por 60% deles (173 mil).

***Com informações da Agência CNJ de Notícias**

Convocação geral

A Justiça Federal quer conhecer o nível de satisfação dos usuários com os seus serviços. A ideia é saber a opinião de um grande número de pessoas sobre a instituição e, na partir daí, identificar oportunidades de melhorias e traçar estratégias para evoluir nos aspectos de atendimento, acessibilidade, tempo médio de duração dos processos, transparência e segurança judicial.

Com esse objetivo, está disponível, na internet (www.jf.jus.br/pesquisa2013), até 6 de janeiro, a Pesquisa de Satisfação da Justiça Federal. Com o tema “Sempre pode melhorar... e sua opinião fará diferença”, a iniciativa só será um sucesso à medida que um grande número de usuários responda o questionário, sejam eles: partes, advogados, procuradores, peritos ou defensores públicos.

A sensibilização desses respondentes é um passo decisivo da pesquisa e você, servidor da JF, tem uma importância essencial para que essa etapa seja cumprida com êxito. Nesse sentido, esta mensagem é um convite dirigido a cada servidor, principalmente àqueles que lidam diretamente com o público, para que façam uma verdadeira convocação.

Muito mais efetivo do que cartazes, banners ou panfletos, o convite pessoal pode fazer a diferença e ser a estratégia mais consistente neste momento, afinal, o público-alvo de nossa pesquisa é composto, antes de tudo, por pessoas como você. Por isso, convide, divulgue, compartilhe o link, mostre os cartazes e explique a relevância de cada opinião na construção de uma Justiça Federal cada vez melhor.

Acesse: www.jf.jus.br/pesquisa2013
Mais informações: pesquisa2013@jf.jus.br

